

Educação na Pandemia

Sonia M. P. Kruppa
Fernando Mendonça
Kleber Galvão de Siqueira Junior
Mariana Camargo Simão
Marina Braguini Manganotte¹

Vivemos um momento ímpar na história da humanidade: a COVID-19 nos isola presencialmente das relações sociais e abre, ao menos em tese, a oportunidade de adentrarmos mais nos desafios de compreender criticamente a Revolução Microeletrônica em curso - as Tecnologias da Informação: o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação - software e hardware -, telecomunicações/rádiodifusão, e optoeletrônica (CASTELL, 2000) e mais recentemente a chamada “internet das coisas”-, que instaladas, desde o final do século passado, vêm trazendo muitas alterações na vida social, tais como as formas não presenciais de relações de trabalho, conhecidas como o escritório em casa (home office), agora incrementadas e precedidas pela introdução de novas formas organizacionais da produção (o modelo japonês do “just in time”); as formas de comunicação, especialmente o Whatsapp, **software** utilizado em celulares com sistemas operacionais avançados (**smartphones**) para troca de mensagens de texto instantaneamente, além de vídeos, fotos e áudios, que vem deixando os emails como modalidade superada.

Na educação, é um exemplo dessa tecnologia a introdução da EaD que, com a pandemia, passa a ter um protagonismo maior do que aquele que já estava em curso, monitorado por setores privados, ávidos para ampliar sua faixa de mercado, com novos estímulos pela situação de isolamento social prolongado e pela interrupção das atividades educacionais presenciais.

Nos governos, nas universidades, nas escolas e nas famílias, repercute o debate pró e contra a EaD, movido, também, pela insuficiência de recursos técnicos da maioria dos estudantes, inclusive de universidades públicas como a USP, e pela crítica às modalidades de tecnologia, utilizadas pelos sistemas públicos e por escolas privadas, que privilegiam os grandes grupos econômicos, tais como: Amazon, Google, Facebook e Apple, e que se apresentam escamoteando seu “interesse” nos dados dos usuários, como já divulgado desde o episódio “Snowden”.

A internet é parte de uma revolução tecnológica, que vem mudando as estruturas produtivas, desde meados do século XX. O momento de isolamento social da COVID-19 agrava, para o bem e para o mal, as suas consequências.

Afirmamos como princípio a defesa intransigente da formação presencial de futuros docentes e mesmo de sua formação continuada, mas também afirmamos a internet de qualidade como um direito a ser conquistado.

¹ Integrantes do Programa de Formação de Professores da USP: Sonia Kruppa (professora da Feusp), Fernando Mendonça, Kleber Galvão de Siqueira Junior, Mariana Camargo Simão e Marina Braguini Manganotte (estudantes pós-graduandos da USP e bolsistas do Programa de Formação de Professores).

Da mesma forma, consideramos válida a experiência formativa que temos realizado junto aos estudantes de duas turmas de POEB e junto à REDE de Escolas do NAI-FEUSP, e que conta com a importante presença e contribuição dos monitores do Programa de Formação de Professores e do Instituto Lidas, com o qual a FEUSP mantém Acordo de Cooperação Técnica.

Esta experiência leva-nos a afirmar que temos uma oportunidade para refletirmos e trazermos para a escola pública e para a sua comunidade o debate sobre as mudanças da forma escolar, sem abirmos mão do princípio segundo o qual a educação escolar é uma relação humana mediada pelo conhecimento e só realizada plenamente quando de forma presencial, num diálogo cara a cara: educandos e educadores em diálogo em mesmo ambiente físico— no prédio escolar ou em atividades planejadas fora dele.

Tais afirmações podem parecer contraditórias. Seu aprofundamento é, portanto, necessário. Com essa intenção, resgatamos um exemplo social, ocorrido com a introdução de tecnologias, desde meados do século XVIII, na chamada Primeira Revolução Industrial: - o movimento ludista (1811-16) e suas consequências.

É possível comparar o momento da introdução das máquinas a vapor com o momento presente da Revolução Tecnocientífica - da Microeletrônica e das Tecnologias da Informação?

Cabe dizer de antemão, baseando-nos em THOMPSON (1987); SINGER (1998 e 2003), COGGIOLA (2010), sobre a importância dos ludistas para a organização da classe trabalhadora. Thompson desmonta as leituras caricatas destes trabalhadores, caracterizando-os como parte de um movimento insurrecional de base comunitária, capaz de formular petições ao parlamento e propostas de legislação (como a criação de um salário-mínimo). O processo de confronto levou a ações violentas do movimento sobre as máquinas e as fábricas e, especialmente, em nome de determinada ordem e poder, houve a reação repressiva sobre os trabalhadores, com aplicação da penalidade de morte a muitos trabalhadores, garroteando o movimento, que, mesmo assim, abriu a longa luta por direitos e por justiça social realizada desde então.

Uma observação importante é que os ludistas não podem ser vistos de forma simplista, como tecnofóbicos. A ação dos ludistas era uma reação contra a precarização que a industrialização gerou em suas vidas, e essa ação era estratégica e visava a pressionar os patrões. Esse movimento teve início em Nottingham, em 1811, e existiu em toda a Inglaterra em 1816. Registraram-se movimentos ludistas também em outras partes da Europa, como na Bélgica.

Situado o exemplo, fazemos a primeira pergunta: a forma e privatização da EaD; a base tecnológica de grande envergadura capitalista; as ameaças de invasão de privacidade e as dificuldades de acesso à Internet e aos equipamentos, sentida por muitos estudantes, devem nos levar a ações correlatas ao movimento ludista? Nada poderemos fazer e cancelarmos o semestre, na espera do momento oportuno da retomada das aulas presenciais, é a solução adequada neste momento em que as aulas estão suspensas?

Pensamos que não e passamos a relatar nossas ações, na busca de que essa sistematização nos leve a aprofundar a discussão, dando maior musculatura às atividades que estamos fazendo e que continuaremos a fazer. Para isso contando com estruturas estabelecidas antes da pandemia, entre a universidade e as redes públicas, especialmente,

a REDE de escolas que integram o Núcleo de Avaliação Institucional (NAI-FEUSP), mas também com outras escolas, que estão integrando no processo de criação crítico e propositivo de novas práticas acadêmicas que estamos desenvolvendo.

As possibilidades de formação da REDE de ESCOLAS NAI-FEUSP.

A REDE de ESCOLAS NAI-FEUSP vem se estruturando, desde a formação do “Grupo de Avaliação Negociada”, com origem no Projeto de Pesquisa Avaliação e Políticas Públicas de Educação Básica: um estudo em escolas de São Paulo e Porto, projeto de internacionalização apoiado pela USP/SP/BR e Universidade de Porto/PT, que envolveu pesquisadores da FEUSP; da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (Portugal) e do Laboratório de Observação e Estudos Descritivos (Loed) da Universidade de Campinas (Unicamp). A proposta de formação deste Grupo foi tirada no Curso de Extensão (30 horas) denominado “Avaliação Negociada – uma proposta de avaliação qualitativa”, desenvolvido de maio a junho/2013, e do “I Seminário Internacional de Avaliação - a avaliação em questão no contexto mundial contemporâneo”, realizado de 24/08 a 27/08/2013, na FEUSP, com a participação das escolas públicas do Programa de Formação de Professores da FEUSP, que se dedicaram a três questões mobilizadoras: os sentidos da avaliação; a relação entre avaliação e políticas educacionais; culturas de avaliação e sua transformação. Ao final do Seminário, os participantes sentiram a necessidade de buscar uma forma organizativa para continuar o diálogo iniciado, mas também para começar a desenvolver ações efetivas para a transformação de suas realidades educativas. Na sequência deste momento, outros encontros internacionais se sucederam, inclusive em Porto/PT, em duas missões dos pesquisadores, em São Paulo e em Porto/Portugal, fortalecendo a ideia de ampliar o relacionamento entre escolas.

Assim, em 2016, este Núcleo, renomeado como Núcleo de Avaliação Institucional (NAI-FEUSP), estrutura-se como um espaço aberto a estagiários da FEUSP e se integra às ações do Programa de Formação de Professores, passando a contar com a participação de bolsistas monitores, sendo quatro em 2020. Mais de 280 estagiários da FEUSP já passaram pelas atividades promovidas pelo NAI-FEUSP nesses quatro anos, o que mais e mais vem consolidando a parceria com unidades escolares situadas na grande São Paulo, que passaram a integrar a REDE de ESCOLAS NAI-FEUSP. Em 2019, pesquisa realizada com estagiários egressos do NAI-FEUSP (em fase de publicação) revelou a força dessa atividade formativa que, para tanto conta, com princípios e dispositivos.

Como primeiro princípio e dispositivo de trabalho do NAI-FEUSP está a defesa teórica e prática da tríade: ensino, pesquisa e extensão, característica central da atividade acadêmica, afirmando uma concepção de universidade pública comprometida com as questões sociais e educacionais presentes na sociedade e escola brasileiras. Assim, pratica-se o ensino, por meio da formação inicial de diferentes licenciandos em projetos de estágio curricular; a extensão, com cursos de formação continuada destinados, em especial às comunidades das escolas públicas parceiras e que recebem estes estagiários, e a pesquisa, condição orientadora e estimuladora da produção de todos: profissionais da escola, da universidade e dos estudantes, que se envolvem na elaboração e no registros reflexivo de atividades observadas e realizadas. Inserido numa faculdade de formação de docentes para a educação básica, um segundo princípio orienta a atuação do Núcleo: a

formação de professores exige uma triangulação de espaços e de práticas em que a sala de aula da universidade deve interagir com a escola básica, por meio de estágios mediados por espaços intermediários de encontros entre os profissionais das universidade e da escola básica, em eventos de diferentes formatos: reuniões, visitas a uma determinada escola, encontros para estudo, cursos ou palestras e que devem implicar ações e trocas diversas, aliando teoria e prática. Todos – professores universitários e professores da educação básica - são considerados formadores cooperantes.

Os dispositivos do NAI-FEUSP devem favorecer a troca de cada escola com as demais e com a universidade.

Dois outros princípios orientam a concepção de avaliação que sustenta as ações desenvolvidas: cada escola é diferente da outra e, portanto, os sistemas externos de avaliação violam aquilo que é essencial à qualidade da ação escolar efetiva: a formulação de um projeto político pedagógico próprio, referenciado nas necessidades da comunidade escolar, de forma a produzir currículos em diálogo com os problemas efetivos da realidade do território onde se encontram - escola e estudantes - valendo-se para isso das avaliações da instituição e do ensino-aprendizagem praticados, de modo a orientar a produção de sentido futuro (o planejamento) das ações escolares. Daí, outro princípio dessa forma de conceber a avaliação: a autonomia. Território, Currículo, Autonomia são elementos indissociáveis para um planejamento político pedagógico consistente e que alimente práticas de qualidade social em cada uma das escolas.

POEB e Estágio em 2020 – programação inicial e as reformulações ocasionadas pela pandemia

Em 2020, o projeto apresentado ao Programa de Formação de Professores, afirmou a

necessidade de estudos relativos às comunidades escolares e aos estudantes – os chamados “estudos de realidade” - na busca de uma escola pública que realize seu papel formador, proposta de grandes educadores (FREIRE, 1985; PONTUSCHKA, 2004; ARROYO, 2011). O NAI-FEUSP, ao perseguir esse intento, busca os elementos de formação inicial e continuada de docentes, capazes de articular conhecimento e ação prática sobre a realidade escolar, realizando uma formação articulada por três vértices: (1) profissionais das escolas em formação continuada; (2) licenciandos-estagiários em formação inicial e (3) universidade (professores e monitores-bolsistas). No centro do triângulo, como desafio maior, está a formação dos estudantes da educação básica, juntamente com suas famílias, moradoras e/ou relacionadas aos territórios em que se situam as escolas.

A disciplina, iniciada em 3/03/2020, apresentou aos estudantes a territorialização de seus endereços de moradia, relacionando-os às escolas integrantes da REDE NAI-FEUSP, propondo a formação de grupos de estágio e a aproximação imediata com as escolas da REDE. Nesse esforço, foi de fundamental importância a parceria do NAI-FEUSP com o Instituto Lidas, que apresentou o mapa georreferenciado de estagiários e escolas. Cabe dizer que o “Acordo de Cooperação Técnica” com o Instituto Lidas tem possibilitado a geocodificação de estudantes de escolas da Rede NAI-FEUSP, dando início à Cartografia Social nos territórios das escolas.

Dessa forma, o propósito do estágio em POEB, em 2020, visa avançar no conhecimento da comunidade escolar de cada unidade da Rede e do território onde ela

reside, na aposta de que essa ação contribuirá para que a escola qualifique para melhor o trabalho escolar e o planejamento tal como se apresenta consolidado no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no currículo escolar. Em decorrência, a proposta de estágio apresentada estabelece um elo de trabalho entre coordenadora da proposta e responsável da disciplina, professores da USP articulados ao NAI-FEUSP em outros projetos, monitores-bolsistas e licenciandos de forma a organizar os licenciandos em estágio-pesquisa exploratória/preliminar, relativa a aspectos da realidade de vida dos estudantes e comunidades de escolas da educação básica da REDE NAI-FEUSP, com as seguintes atividades:

- no primeiro semestre: grupos focais, organizados em conjunto com as escolas, produzirão um quadro orientador para, no mínimo, três entrevistas (com professor, com estudante e com representante das famílias). Esse material será sistematizado como resultado do estágio, compondo o relatório dos licenciandos-estagiários e dos monitores-bolsistas, dando base para a organização preliminar de um questionário e, se possível, de seu teste em uma pequena amostra de estudantes/famílias;

- no segundo semestre, com base no material sistematizado, será realizada uma pesquisa quantitativa: aplicação do questionário produzido e testado no primeiro semestre aos estudantes e às famílias/comunidade escolar, cuja sistematização integrará os relatórios dos licenciandos e dos monitores-bolsistas.

Presencialmente, foram realizadas aulas em 03/03 e 10/03. Nestas aulas, os grupos de estágio sofreram adequações e iniciou-se a montagem dos grupos. O objetivo era que, em 13 de março, ocorresse a primeira reunião dos grupos de licenciandos com a REDE DE ESCOLAS, o que foi suspenso em função da pandemia, ocorrendo em reunião virtual em 20/03.

Cabe destacar que a proposta de estágio foi discutida com a REDE NAI-FEUSP em duas reuniões anteriores ao início das aulas, ocorridas em 27/01/20 e 18/02/20.

Com a suspensão das aulas, a partir do dia 17 de março, passamos a realizar encontros virtuais com os estudantes da disciplina, respeitando os períodos e dia da semana destinados às aulas, valendo-se da estrutura disponibilizada – google meet. (Ver Quadro no Apêndice 1)

A partir das manifestações da CAPF e da direção da FEUSP, com orientação da professora, o grupo de monitores realizou uma pesquisa com os estudantes licenciandos, com base em questões abertas, a fim de investigar quais as possibilidades materiais de acesso aos encontros virtuais, bem como os motivos que os incapacitavam para tal. Esse levantamento, longe de representar uma ferramenta de controle burocrático, teve como principal motivação compreender a realidade concreta dos estudantes da disciplina. A informações recolhidas foram responsáveis pela definição dos encaminhamentos a partir do encontro de 31 de março, quando foram apresentados os resultados.

Mais de 85% dos estudantes (dos 46 que responderam o questionário) participaram dos três primeiros encontros on-line promovidos pelo grupo de POEB. Quando questionados sobre os motivos que dificultavam a participação nestes encontros, 57% relatou dificuldades relativas à disponibilidade de espaço ou de tempo na “nova” rotina doméstica, e 42% relatou dificuldade de acesso ou ausência de internet “suficiente” para sustentar um encontro on-line. Este panorama inicial permitiu reconhecer nos

estudantes seus anseios e problemas concretos no que diz respeito à uma nova experiência de troca e produção de conhecimento.

Não foram poucas as sugestões sobre as formas de dar continuidade a um trabalho com sentido para eles, mas que concomitantemente, respeitasse as particularidades de cada indivíduo em um momento tão atípico. Dentre elas foram propostos encontros “mais curtos” que poupassem gastos daqueles que utilizam os dados móveis do celular para acompanhá-los; gravação dos encontros para aqueles que não pudessem participar devido à alguma dificuldade de acesso à internet; produção de uma memória de cada encontro, para consulta de todos os interessados; estreitamento das relações entre os estudantes, monitores e professora, utilizando as ferramentas tecnológicas disponíveis; construção de uma rede de apoio, tanto entre os monitores e estudantes, quanto entre os próprios estudantes integrantes dos grupos de estágio; encontros sem caráter avaliativo obrigatório, mas sim reflexivo, que reforcem a construção de um espaço de diálogo e reflexão, distanciando-se assim, de um curso na modalidade EaD.

A partir de tal pesquisa, estruturou-se com mais contorno e força os encaminhamentos para o semestre em curso. Como proposto pelo grupo de POEB (professora, monitores e estudantes), os encontros garantiram a reflexão sobre o momento atual, baseando-se em práticas que tomassem o vivido como o centro de elaboração do estudado. Por conseguinte, os encontros propostos e realizados semanalmente com licenciandos da disciplina POEB, a partir de então, integraram o que denominamos de “currículo na pandemia”, com o contorno de exercícios de reflexão sobre o difícil momento vivido no país e no mundo, especialmente, pelas escolas que compõem a REDE e para as quais ficou reafirmado que licenciandos e monitores manteriam um acompanhamento mais cuidadoso e atento.

De igual forma, estabeleceu-se o compromisso de reposição das atividades (aulas e estágio) de forma negociada com todos, encerrado o isolamento, como usualmente tem sido feito em situações de greve.

A proposição de um “currículo na pandemia” explicitou o que de mais potente carrega o projeto da REDE NAI-FEUSP: um currículo estruturado a partir da vida concreta dos indivíduos que constroem a escola e a universidade cotidianamente. De fato, os encontros da REDE NAI-FEUSP sofreram alterações de demanda, frequência e conteúdo. Assim, como os encontros com os estudantes, passaram a compreender análises e reflexões acerca da atual conjuntura. Também nessas reuniões, necessitou-se debruçar sobre a questão dos direitos. Foram propostos, portanto, pelas próprias escolas participantes da Rede, encontros semanais (ao invés de mensais como orientava a prática prévia) a fim de construir coletivamente o debate e a organização prática acerca da garantia dos direitos já conquistados e a busca por outros novos, agora indispensáveis.

As atividades desenvolvidas junto a REDE DE ESCOLAS NAI-FEUSP explicita a formação de um currículo na pandemia, em que os princípios do diálogo e da democracia, constitutivos dessa rede (dinâmica do ver/escutar, julgar e agir), nortearam os encontros e produziram ações coletivas, tais como a “CARTA ABERTA À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO”, escrita em conjunto com **Grupo Territorialidades**², ligados à DRE Campo Limpo, e o grupo **Território**

² O **Grupo Territorialidades** reúne escolas da DRE Campo Limpo e discute em seus Projetos Político-Pedagógicos a implementação do Currículo da Cidade na perspectiva

Educativo das Travessias³ e a Carta em defesa da segurança alimentar dos estudantes impedidos de receber a merenda escolar, em fase de elaboração.

Destacamos, portanto, o impacto e a dimensão colaborativa que a Rede NAI-FEUSP tem construído com as escolas que dela fazem parte. Os encontros realizados desde então, semanalmente (20/03; 27/03; 03/04; 17/04 e 24/04) têm criado uma rede extensa e variada de produção e circulação de conhecimento entre professoras(es), coordenadoras(es) e diretoras(es) das escolas da Educação Básica, supervisoras(es) de ensino, professoras(es) universitárias(os), estudantes de licenciatura e pós-graduandos, agentes de saúde, coletivos populares, mães e familiares de Associações de Pais e Mestres, cientistas e pesquisadores, servidores do poder judiciário, entre outros. Juntos, estes indivíduos têm buscado e afirmado o compromisso com a reflexão crítica e a garantia de direitos básicos que, em tempos de pandemia, exigem presteza e assertividade por parte do poder público. Sobretudo, diante do atual cenário vemos emergir uma demanda por interlocução mais forte do que nunca: a cada encontro escolas novas têm surgido, demandas e denúncias têm crescido e a rede se fortalecido em um objetivo comum: a construção e a defesa de escolas e universidades públicas comprometidas com as questões sociais.

Os debates havidos nessas reuniões contaram com a contribuição de especialistas: Tereza Campello (ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) que analisou a situação de pobreza da população brasileira e a possibilidade de transferência de renda via cadastro único a essa população na situação trazida pela COVID-19; Fausto Augusto Junior (Diretor do DIEESE e doutorando da FEUSP), que analisou a situação econômica frente às medidas necessárias à saúde no enfrentamento da pandemia; a coordenadora do Núcleo de Infância e Juventude da Defensoria de São Paulo, Ana Carolina Oliveira Golvim Schwan, proponente de uma ação civil pública em defesa do fornecimento da alimentação escolar a todos os estudantes da educação básica pública paulista; Sergio Amadeu (professor da UFABC) que problematizou o problema das redes, plataformas e tecnologias das grandes empresas intermediárias da internet e das ameaças de invasão de privacidade atuais. A REDE NAIFEUSP aprofundou a análise de dificuldades, tais como: medidas de educação não presencial que vem sendo implantadas pelos sistemas públicos estadual e municipais; a fome presente nas comunidades atendidas por elas; o desemprego causado pela quebra de contratos - de serviços terceirizados da alimentação escolar e da limpeza, dos educadores do MOVA e, mais recentemente, dos convênios de creche. O tema central da disciplina POEB - a manutenção e/ou perda dos direitos sociais - esteve presente em todas as reuniões.

É olhando para tal cenário, portanto, de urgência de debate crítico e de construção coletiva de práticas combinadas entre escola e universidade públicas, que propusemos, na reunião havida com os estudantes licenciandos em 27/04, acordar possibilidades e limites dos encontros e atividades realizadas por eles durante a quarentena.

do território em suas múltiplas formas de existência e resistência, de produção de conhecimentos, transformação da realidade, efetivação e ampliação de direitos.

³ O **Território Educativo das Travessias** é formado pelas Emeis Armando Arruda Pereira, Gabriel Prestes, Monteiro Lobato e Patrícia Galvão. Atua em parceria com instituições do território para garantir o direito à cidade.

Afinal, o “currículo na pandemia” propunha além dos encontros semanais acima descritos e explicitados, alguns exercícios de contato e reflexão em conjunto com as escolas da rede, tais como o acompanhamento das ações e currículos propostos por elas durante a pandemia, bem como suas atuações e contato com as famílias do entorno. Tais exercícios têm constituído a proposta de estreitamento das relações entre a universidade, as escolas, e as comunidades em tempos de pandemia. Coube, enfim, aos licenciandos estabelecerem estes contatos com tais escolas (seja por meio de conversas e entrevistas, seja participando das reuniões pedagógicas ou das reuniões entre os grupos de professoras e professores), observando e registrando suas maiores dificuldades, e principais práticas de atendimento às crianças e famílias no atual contexto.

Estes exercícios propostos não estão restritos à um simples acompanhamento das atividades das escolas da Rede, pois que sinalizam para a construção de uma prática coletiva entre escolas e universidade que deve estar hoje, mais do que nunca, em pauta. Assim sendo, perguntamos aos estudantes licenciandos: - Estão compreendidas dentro do chamado “currículo da pandemia” as atividades em curso, ou seja, este acompanhamento cuidadoso, detido e comum entre estudantes e escolas da Rede poderão ser aproveitados, no futuro, como partes do curso de POEB? As possibilidades imediatas (encontros semanais, ações, trabalhos, entrevistas) poderão ter alguma equivalência para uma avaliação pós-pandemia? Sobretudo, tal material, no presente produzido, poderá se tornar referência de estudo e análise para os demais estudantes, que agora não possuem disponibilidade para tais atividades, e com os quais nos comprometemos em fazer a reposição da disciplina?

Sendo pois, um assunto delicado e que merece todo o cuidado de elaboração possível, os estudantes manifestaram-se de forma positiva à continuidade das atividades, ao mesmo tempo em que - com parcimônia - manifestaram desejo de uma conversa coletiva e uma consulta à todos os colegas do curso para deliberar sobre uma possível equivalência das atividades em curso, em uma futura reposição. Em resumo, sintetizaram um desejo pela “reposição presencial” na medida em que os encontros que tem ocorrido não configuram aulas em formato EaD; manifestaram concordância com o fato das atividades executadas terem uma importância fundamental no atual contexto ao mesmo tempo em que pedem cuidado com a chamada “correspondência” com futuras reposições visto que “muitos colegas não conseguem participar”; ponderaram sobre o fato de tais atividades poderem servir como material de apoio em uma situação de reposição; reafirmaram o desejo em participar das atividades mesmo que essas não forem “contabilizadas como parte da avaliação”; reforçaram que as atividades configuram, em certa medida uma forma de estágio, uma vez que dependem principalmente da “organização e da comunicação dentro dos grupos” e de sua relação com as escolas; sugeriram que as “atividades na quarentena” possam servir para abonar uma parte das atividades presenciais”, especialmente no que diz respeito às “horas de estágio”, já que esse engajamento para com as escolas sinaliza para uma atividade complexa de troca, construção e produção de conhecimento; reiteraram, por fim, que qualquer “equivalência” deve preservar o direito à reposição, especialmente daqueles “estudantes que não tiveram acesso aos encontros”, sendo, por isso, necessário ampliar a consultar, a todos”.

Finalmente, a proposta reforça a importância do diálogo contínuo e da consulta de todos os envolvidos (inclusive sob a forma de questionários por eles sugeridos). A possibilidade de equivalência continua em discussão e passível de elaboração

permanente, com decisão final após o término da pandemia. Todas as reuniões foram gravadas e seu registro, no formato de “ajuda -memória”, disponibilizados a todos.

O que nos ensina o trajeto praticado até aqui

A COVID-19 impõe aos profissionais das escolas básicas e da universidade a efetivação do diálogo. O currículo da educação escolar ou universitária na pandemia só pode se efetivar, neste momento, se feito a partir da realidade dos estudantes e de suas famílias, ficando inviável o seu direcionamento a partir das equipes educacionais, sejam elas de qualquer nível. Partir da realidade dos estudantes é procedimento defendido por algumas teorias educacionais, situação que a Pandemia torna inevitável. Esta condição pode mudar a forma escolar e, para tanto, a comunicação e as reuniões virtuais podem ser aliadas.

A Universidade não pode se eximir dos problemas vividos pela população. Seu compromisso com a formação docente, inicial e continuada, bem como com os estudantes da educação básica deve orientar as atividades nesse momento.

No NAI-FEUSP, temos realizado a tríade que marca as ações acadêmicas a partir da extensão. Consideramos que as atividades descritas podem qualificar situações virtuais de ensino, constituindo-se em material para a realização de pesquisas. Interagir com as práticas virtuais das escolas públicas da educação básica, nesta situação de profunda crise, pode ser uma oportunidade de aprendizagem. Não podemos negar que esse relacionamento é uma modalidade especial de estágio. Não podemos negar a oportunidade de conhecimento que os debates feitos nas reuniões virtuais oportunizaram.

Impõe-se uma reflexão sobre o momento que vivemos. A realidade não pode ser analisada por modelos dicotômicos - ou isso ou aquilo - cabendo uma reflexão sobre as novas formas e ferramentas a serem buscadas pela Universidade no momento emergencial desta Pandemia. Apesar da impossibilidade dos encontros presenciais, temos muito a fazer na relação Universidade-escolas-comunidade e estamos fazendo!

A dicotomia entre ações virtuais e presenciais da Universidade neste momento precisa de análise mais profunda que, inclusive, oriente formas de superação que possam trazer nova qualidade às ações a serem realizadas presencialmente, passada a situação de isolamento. As ameaças das tecnologias da informação, da desigualdade da população brasileira frente ao acesso à internet e às tecnologias devem merecer estudos da Universidade, imediatamente. Propomos a organização pela FEUSP de uma nova sessão do Festival pela Democracia, que, realizado virtualmente, inicie o debate dessas questões e de outras trazidas pela pandemia, ampliando formas de articulação docente e discente, mas também envolvendo as comunidades das escolas públicas.

Afirmamos a importância tanto da continuidade do trabalho virtual junto aos estudantes de POEB e às escolas do NAI-FEUSP, quanto das futuras reposições de aulas e atividades de estágio. Nosso compromisso é que as atividades feitas no período de isolamento possam ter equivalência com aulas e estágio previstos no desenho original da disciplina, mas também temos o compromisso com aqueles que, por razões variadas, tenham sido impedidos de participar na intensidade necessária. Consideramos que tais

situações só poderão ser avaliadas, recebendo formas adequadas de encaminhamento, quando da volta à normalidade.

Referências

ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Castells, M. *A sociedade em Rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

COGGIOLA, Osvaldo. Os inícios das organizações dos trabalhadores. in *Revista Aurora*, UNESP. v. 3 n. 2 (2010).

FREIRE, P. *Educação e Mudança* (10ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PONTUSCHKA, N. N. O conceito de estudo do meio transforma-se... em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: Vesentini, J. W. (Org.). *O ensino de geografia no século XXI*. Campinas, SP: Papirus, 2004, p. 249-288.

SINGER, PAUL. *Uma Utopia Militante - Repensando o Socialismo*. São Paulo: Ed.Vozes, 1998.

_____. Cidadania para todos. In PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*, 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 v, 1987.